



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SÔNIA KEILANY LEITE DE LIMA

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL
MÉDIO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE (ETS/UFPB)**

João Pessoa

2020

SÔNIA KEILANY LEITE DE LIMA

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL
MÉDIO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB (ETS/UFPB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso
de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do
título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Pegado Abílio

João Pessoa

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732p Lima, Sônia Keilany Leite de.
A Percepção Ambiental dos Alunos Dos Cursos Técnicos de
Nível Médio da Escola Técnica de Saúde da UFPB
(ETS/UFPB) / Sônia Keilany Leite de Lima. - João
Pessoa, 2020.
46 f. : il.

Orientação: Francisco José Pegado Abílio.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação Ambiental. 2. Percepção Ambiental. 3.
Pensamento Crítico reflexivo. I. Abílio, Francisco José
Pegado. II. Título.

UFPB/BC

SÔNIA KEILANY LEITE DE LIMA

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS DE
NÍVEL MÉDIO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB (ETS/UFPB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Pedagogia do Centro de Educação
da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para a obtenção do título de Licenciado
em Pedagogia.

Aprovado em: 09/04/2010

BANCA EXAMINADORA

Francisco José Pegado Abílio

Prof. Dr. Francisco José Pegado Abílio (UFPB - Campus I)

Orientador

Prof. Dr^a. Aparecida de Lourdes Paes Barreto (UFPB – Campus I)

Examinadora

Prof. Dr. Thiago Leite de Melo Ruffo (IFPB – Campus Cabedelo)

Examinador

Prof. Dr. Fabio do Nascimento Fonseca (UFPB – Campus I)

Examinador

DEDICATÓRIA

In memoriam:

A minha mãe Maria de Fátima Leite minha inspiração e que por sua vez sempre acreditou em mim e infelizmente não pôde vivenciar este momento, mas sempre serei grata por toda a sua dedicação e incentivo para com a minha educação.

AGRADECIMENTOS

Emociono-me em lembrar que durante cinco anos longe casa pude encontrar grandes amigos, pessoas que talvez não tenham a percepção do quanto contribuiu para com a minha formação. Por isso sou eternamente grata a todos e todas que compartilharam comigo essa caminhada:

A Amanda e Maria por me hospedarem, sem esse apoio eu jamais conseguiria me estabelecer em João Pessoa.

Também as minhas companheiras de moradia Lígia, Rachel, Marília e Marisa obrigada por estarem presente nesse processo. Sinto uma imensa alegria em chama-las de amigas e orgulho por serem essas mulheres maravilhosas.

Aos meus amigos e amigas Tatiane, Cicero, Karina, Luiz, Ewerton, Conceição, Natália, Geyson, Rachel, Nicodemos, nunca imaginei que longe de casa iria encontrar pessoas que me ensinaram tanto, que dividissem as melhores risadas, os momentos de tristezas e as encrencas, obrigada pelo apoio por acreditarem em mim e sempre levantarem minha moral, nas suas particularidades são pessoas extraordinárias, sei talvez seguiremos rumos diferentes a fim construirmos nossas histórias que talvez fisicamente poderemos não estarmos juntos, mas saibam que sempre estarão presentes no meu íntimo, sou grata por ter conhecido vocês.

A todos e todas colegas de curso em especial a Renata e Gabriel, por estarem presentes nesses anos, obrigada pelo apoio nos momentos difíceis.

A meu Pai José, meus irmãos Suênia, Suel e Suêdia, minha sobrinha Laura que mesmo na sua inocência me inspira a seguir em frente, eu amo vocês. A toda minha família, tios, tias, primos, primas, avô e em especial a minha avó Isabel, obrigada pelo apoio, pela força e por sempre estarem presentes sem vocês eu não teria chegado nesse momento.

A Theófflillo, Amanda e Karine companheiros, incentivadores e companheiros de temática, obrigada por serem luz, por estarem comigo nessa caminhada.

Ao meu namorado Cláudio que esteve presente nessa fase final, obrigada pelo apoio e por me fazer acreditar que eu conseguiria.

A banca examinadora e meu orientador Francisco pegado, obrigada por participarem da realização desse sonho.

A Deus todo poderoso, por ter me fortalecido e me sustentado com sua infinita bondade.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discute a percepção dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba (ETS-UEPB). Nesse sentido, com base na literatura e nos fundamentos teórico e metodológicos que a envolvem, temos como objetivo investigamos quais as correntes de educação ambiental se apresentam na percepção dos discentes analisando assim os aspectos da Educação Ambiental presentes, como também identificar se os mesmos se caracterizam como reducionista ou crítico – reflexivo. Partimos do pressuposto que a educação ambiental está presente na educação dos mesmos. Para embasar teoricamente nosso trabalho, contamos com as concepções de Carvalho (2004), Guimarães (2004), Layrargues (2009), Sauvé (2005) entre outros de nos auxiliaram na reflexão acerca da educação ambiental. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa tendo como *lócus* a escola técnica de saúde da universidade federal da paraíba na qual utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado aplicado aos alunos que despertaram o interesse a participarem do mine curso ofertado pelo integrantes do projeto de extensão intitulado “Meio ambiente e ação humana: uma ação educativo-ambiental na Escola Técnica de Saúde da UEPB”, o estudo nos permitiu identificar através da coleta de dados e analisando a partir das correntes de educação ambiental, que a Educação Ambiental se caracteriza como reducionista.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Percepção ambiental. Pensamento crítico reflexivo.

ABSTRACT

This course conclusion paper discusses the students' perception of technical courses at the Technical School of Health of the Federal University of Paraíba (ETS-UFPB). In this sense, based on the literature and on the theoretical and methodological foundations that surround it, we aim to investigate which currents of environmental education are present in the perception of the students, thus analyzing the aspects of Environmental Education present, as well as identifying whether they are characterized as reductionist or critical - reflective. We start from the assumption that environmental education is present in their education. To theoretically base our work, we rely on the conceptions of Carvalho (2004), Guimarães (2004), Layrargues (2009), Sauvé (2005), among others, who helped us to reflect on environmental education. The research is characterized as qualitative with the technical health school of the Federal University of Paraíba as the locus in which we used as a data collection instrument the semi-structured questionnaire applied to students who aroused the interest to participate in the mine course offered by the members of the research project. extension entitled "Environment and human action: an educational-environmental action at the Technical School of Health at UFPB", the study allowed us to identify through the collection of data and analyzing from the currents of environmental education, that Environmental Education is characterized as reductionist.

Keywords: Environmental Education. Environmental perception. Reflective critical thinking.

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 - Correntes da educação ambiental.

QUADRO 2 - Questão sobre o meio ambiente.

QUADRO 3 - Questão sobre desequilíbrio e preservação ambiental.

QUADRO 4 - Questão sobre consumo e qualidade de vida.

QUADRO 5 - Questão sobre educação ambiental.

QUADRO 6 - Questão sobre desenvolvimento e justiça ambiental.

LISTA DE ABREVIACÕES

CF- Constituição Federal.

EA – Educação Ambiental.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO	13
2.1 CONCEITUAÇÃO DE MEIO AMBIENTE	13
2.2 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO ASPECTOS HISTÓRICOS	14
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVA CRÍTICA E EMANCIPADORA.....	17
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	19
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	20
5 METODOLOGIA E MÉTODOS.....	22
6 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS DICENTES APARTIR DAS CORRENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
APENDICE A - QUESTIONÁRIO AOS DISCENTES DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB.....	41
APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	43

1 INTRODUÇÃO

Dentre as problemáticas vivenciada pela humanidade podemos nos atentar a uma das maiores preocupações que está em constante ascensão, a qual está relacionada ao meio ambiente no que se refere a crise ambiental.

Verdadeiramente, estamos vivenciando uma das maiores crise da história, que compromete vários aspectos sejam eles naturais, ecológicos, sociais e culturais. A ciência entranhada no pensamento positivista também trouxe grandes implicações nessa crise, onde esteve alinhada a uma estrutura que promove nos meios acadêmicos um sentido desenvolvimentista, a despeito dos limites da natureza.

Diante disso percebe-se a necessidade de obter meios para conquistar uma nova atitude em relação ao meio ambiente, para tal, a Educação Ambiental (EA), releva-se como uma solução para essa problemática, que por sua vez pode trazer mudanças de princípios, ideias e valores proporcionando uma maior sensibilização no que se refere à mudança de atitudes em relação ao meio ambiente.

A introdução da EA é recomendada nas literaturas dos documentos normalizadores da educação nacional, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares da Educação, como também na Política Nacional da Educação Ambiental. Diante disso objetiva-se cada vez mais que as instituições educacionais nacionais discutam sobre a crise ambiental que vivemos e auxiliem na formação de cidadãos mais conscientes e buscadores de uma vida mais sustentável.

Sauvé (2005) propõe que há diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa, a partir disso, a autora constatou que a educação ambiental se divide em quinze correntes, com propostas variadas, abordando aspectos naturais, sociais e a unidade entre as duas.

As mesmas então divididas em: Corrente naturalista; Corrente conservacionista/recursista; Corrente resolutiva; Corrente sistêmica; Corrente científica; Corrente humanista; Corrente moral/ética; Corrente holística; Corrente biorregionalista; Corrente praxica; Corrente crítica; Corrente feminista; Corrente etnográfica; Corrente da eco-educação e Correte da sustentabilidade.

Nesse sentido, mediante a essas diversas correntes e a importância da EA podemos destacar a relevância desse estudo dado que o mesmo nos proporciona uma reflexão com relação a importância da educação ambiental praticada no âmbito

escolar. A EA pode vir a ser o principal instrumento de reflexão, criticidade e mudança de atitude em relação à problemática ambiental vigente. Visto que a atual crise ambiental pode nos trazer graves consequências para o meio ambiente podendo até acabar com os elementos necessários para a vida no planeta.

Partindo do entendimento de que as instituições de ensino já estão cientes que precisam trabalhar a problemática ambiental e muitas iniciativas têm sido desenvolvidas em torno desta questão, onde já foi incorporada a temática do meio ambiente nos sistemas de ensino como tema transversal dos currículos escolares, permeando toda prática educacional. Isto evidencia ainda mais a necessidade de investigar a percepção ambiental dos alunos dos cursos técnicos da ETS/UFPB e, obviamente, certificar se a escola contribui para a formação desta percepção.

A educação ambiental atrelada na formação do técnico, vai caracteriza-lo como um profissional com uma responsabilidade socioambiental proporcionando o discente se tornar um agente multiplicador da educação ambiental uma vez que nem sempre a sociedade como um todo tem acesso à educação formal. A responsabilidade e preocupação com a natureza deve ser de todos, não importa qual a sua classe social, profissão, origem, sexo ou cor. A questão ambiental não é somente a relação do homem com o meio em que vive, vai muito além, refletir sobre a relação entre o meio ambiente e os nossos hábitos e costumes é decisivo para a nossa qualidade de vida, como também a certeza de novas gerações. É com esta compressão que espera-se que este trabalho tenha oferecido uma grande contribuição para a problemática ambiental.

Podemos entender que a degradação ambiental é o processo pela qual se tem uma redução dos potenciais recursos renováveis provocada por uma combinação de agentes agindo sobre o ambiente em questão.

Essa redução pode ser causada por processos naturais, como, por exemplo, ressecamento do clima atmosférico, processos de formação dos solos ou de erosão e até mesmo uma invasão natural de animais ou plantas nocivas e principalmente por ações de forma direta ou indiretamente, por ações antrópicas.

De acordo com o Decreto Federal 97.632/89, a degradação é definida como o aglomerado de “processos resultantes de danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais”.

Para tanto o trabalho teve como objetivo geral conhecer a percepção ambiental dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba. E para alcançar tal objetivo investigamos quais as correntes de educação ambiental se apresentam na percepção dos discentes analisando assim os aspectos da EA presentes, como também identificar se os mesmos se caracterizam como reducionista ou crítico – reflexivo.

2 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO

Com a problemática ambiental emergente percebeu-se a necessidade de educar a humanidade quanto as questões relacionadas ao meio ambiente, uma vez que a educação se caracteriza como o meio eficaz para tal, GUIMARÃES (2007, p. 15) nos revela que:

A EA tem o importante papel de fomentar a percepção necessária da necessária integração do ser humano com o meio ambiente. Uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio dinâmico na natureza, possibilitando, por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta.

Nesse sentido, educação ambiental deve está direcionada para compreensão e superação das causas estruturais da degradação ambiental, como por exemplo, industrialização e a busca pelo avanço da economia, assim como também para outros aspectos possam vir a ser de dominação da natureza. Portanto GUIMARÃES (2007, p. 15) no que diz respeito a EA

A discussão sobre a relação educação- meio ambiente contextualiza-se em um cenário atual de crise nas diferentes dimensões, econômicas, política, cultural, social, ética e ambiental (em seu sentido bio físico).

Logo, é necessário que o processo educativo esteja organizado de forma problematizador, dialógico e comprometido com as transformações da sociedade e que cada vez mais se torne um espaço ambientalmente socialmente justo e democrático.

A princípio, para entendermos todo o processo que envolve o meio ambiente e a sua relação com educação é necessário que tenhamos a compreensão do conceito do mesmo.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE MEIO AMBIENTE

O termo crise ambiental é um dos principais assuntos da contemporaneidade, todavia para começarmos a entender o que essa crise implica na nossa vida a necessidade de compreender o conceito de meio ambiente.

Desse modo alguns documentos oficiais nos apresentam definições do ponto em questão, a Política Nacional de Meio Ambiente, por exemplo, define- o em seu art. 3º no inciso I - como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abria e regem a vida em todas as suas formas; (PNMA, 1981). Já a constituição federal A CF/88 explicita em seu art. 225, que “o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e um direito de todos os cidadãos, estando o Poder Público e a coletividade obrigados a preservá-lo e a defendê-lo”. (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar que no momento em que vivemos, o conceito de meio ambiente toma dimensões além do natural, MIRANDA (2006, p. 114) afirma que:

Com efeito, hodiernamente, torna-se cada vez mais difícil separar o natural do cultural, até mesmo porque é sabido que são pouquíssimos os lugares na Terra que têm escapado ao impacto da atividade humana. Desde os tempos pré-históricos até a época moderna, pouco resta da superfície da Terra que não tenha sido afetado pelas atividades humanas, razão pela qual a identificação de áreas absolutamente naturais está cada vez mais rara.

Essa conceituação de meio ambiente na maioria das vezes não é sabida, pois o ser humano ainda se enxerga de maneira à parte da natureza.

2.2 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO ASPECTOS HISTÓRICOS

Podemos considerar que a educação se configurara como a principal ferramenta para enfrentarmos a atual crise ambiental, o próprio conceito de educação ambiental já é ele mesmo, efeito de uma adjetivação. CARVALHO (2004) revela que trata-se do atributo “ambiental” aplicado ao substantivo “educação”.

No Brasil a EA se estabeleceu formalmente a partir da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e determina como obrigatória “a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, art. 2º, 1981). Sendo reforçada pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ao incluí-la como componente permanente da educação nacional:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos

os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, art. 2, 1999).

A PNEA, em seu art. 5º, determina que a educação ambiental deve ser organizada de modo a possibilitar “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999). Sendo assim, voltada para todos e todas, formando indivíduos conscientes, críticos, reflexivos e questionadores, que possam decidir e atuar no meio em que vivem.

Dentre os principais documentos normalizadores da educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Na LDB, a educação ambiental foi explicitamente incluída em 2012, a partir da promulgação da Lei nº 12.608 (BRASIL, 2012), ao incluir em seu art. 26 § 7º a determinação de que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL, 1996). No entanto, este artigo foi modificado em 2016, com a publicação da Medida Provisória nº 746, ganhando sua atual redação com a promulgação da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), que alterou diversos artigos da LDB. Em decorrência dessas mudanças, a educação ambiental deixou de estar explicitamente presente na LDB, podendo ser inserida nas escolas como tema transversal, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme a nova redação dada ao art. 26 § 7º: A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput (BRASIL, art. 26 § 7º, 1996).

Nossas ações com relação ao meio ambiente nos trouxeram e trazem graves consequências para a nossa vida, sendo fundamental seu debate nos ambientes escolares na forma de uma educação ambiental crítica. A inserção de uma educação ambiental crítica constitui-se em um desafio para as instituições de ensino, tendo como base a conscientização de seu caráter interdisciplinar, e seu papel e importância visando à efetiva solução de problemas socioambientais para Castro (2009, p. 173)

[...] em razão dos diversos fatores interligados e necessário ao diagnóstico e à intervenção que pressupõe. Nesse sentido, a educação ambiental não se pode ser concebida apenas como um conteúdo escolar, pois implica uma

tomada de consciência de uma complexa rede de fatores políticos, econômicos, culturais e *científicos*.

A EA é um processo de aprendizagem que tem como finalidade desenvolver habilidades, conhecimentos e motivações para obtenção de valores e atitudes necessárias para encarar as questões e problemas ambientais. A mesma invade os espaços não formais do processo de ensino-aprendizagem, aonde se desenvolvem atividades educativas. Transcende os muros escolares, proporcionando o educando se tornar um agente multiplicador da educação ambiental e transformador da sociedade.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVA CRÍTICA E EMANCIPADORA

Até os anos de 1980, o discurso que a EA competiria apenas aos conteúdos e princípios biológicos salientado, por exemplo, condutas que viessem a ser ecologicamente corretas, uma perspectiva ainda não foi superada, GUIMARÃES (2004, p. 31) destaca

[...] que as ações pedagógicas que reflitam essa compreensão devam superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental.

Nesse sentido carecemos de uma forma que supere essa prática comportamentalistas que tratam os problemas ambientais de forma parcial na medida em que reduz sua compreensão dos problemas socioambientais. A Educação Ambiental crítica vem ser uma alternativa como uma prática social que está vinculada tanto aos processos ecológicos com os sociais.

“Desse modo, a racionalidade ambiental se funda numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana. Estes traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa” (LEFF, 2008, p. 85).

Para alcançarmos uma concepção crítica da educação é preciso a princípio reconhecer que o ato educativo está atrelado o que a sociedade impõe de maneira tendenciosa para com o indivíduo, dessa maneira é importante que o educando enxergue qual a sua posição diante de todo o contexto social-ambiental. No que diz respeito EA o ser humano é o principal agente da degradação ambiental e por consequência também se torna uma vítima dessas ações.

Nesse sentido é fundamental que na EA e os processos ecológicos estejam vinculados aos sociais, nesse contexto, LAYRARGUES (2009, p. 26) nos fala que a EA “[...] vai além do aprendizado sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, e abrange também a compreensão da estrutura e funcionamento dos sistemas sociais.”.

Uma importante maneira para conseguirmos ultrapassar a linha de exclusão que é causada pela crise civilizatória hoje instaurada é a inserção de uma educação que contextualize e esteja relacionada com a realidade. A utilização desse mecanismo de Estado como instrumento de inclusão social orientada pela escolha de metodologias que visem reconhecer as fissuras históricas dos sujeitos oprimidos, se apresenta como uma perspectiva emancipatória da educação.

O processo de reflexão crítica tem como base a pedagogia crítica de Freire (1970) se configura de maneira que cada indivíduo possa perceber sua realidade social, histórica e cultural, criando a possibilidade transforma-la proporcionando alunos e professores a uma maior autonomia e emancipação. Podemos encontrar esse tipo de metodologia, por exemplo, na alfabetização baseadas em temas e palavras geradoras, onde busca religar o conhecimento do mundo à vida dos educandos para torná-los leitores críticos do seu mundo.

Por outro lado, São entendidas como conservadoras aquelas visões de mundo comprometidas com o interesse em manter o modelo atual da sociedade: e como críticas, as propostas voltadas para as transformações da sociedade em direção à igualdade à justiça social (GUIMARÃES, p. 19)

Para CARVALHO (2004) a EA pode subsidiar uma leitura de mundo mais complexa e instrumentalizada para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental que o autor define como complexa. O referido autor também revela que um dos pilares da educação ambiental está enraizado na teoria na Teoria Crítica.

A eliminação dos sintomas sem a supressão de suas causas formadoras traz uma ilusão de mudança, mas não transforma a realidade do problema que nos atinge. Neste contexto, é fundamental que a educação esteja caracterizada como uma ferramenta que proporcione o pensamento crítico-reflexivo, holística, entendendo e necessidades de cada um, favorecendo a autonomia de todos e todas. Desta maneira o educando passa a compreender quais as limitações que são impostas pelas estruturas sociais, proporcionando a liberdade de se posicionar uma intervenção pautada de um mundo mais justo e igualitário, na objetivando o bem-estar socioambiental. Assim, a EA deve superar as barreiras da disciplinaridade se configurando em uma educação interdisciplinar ou transdisciplinar, proporcionando a conscientização e a emancipação.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

No que se refere a educação profissional no contexto capitalista tanta a educação coma a escola tende a ser de forma diferenciada, isso significa que o sistema educacional é caracterizado por ser subdivididos e uma dessas subdivisões é a educação profissional que se caracteriza por ser uma formação rápida, ou seja, uma forma emergente de inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Por ser um processo educativo que promove conhecimento e habilidades de uma determinada profissão em diversos setores de maneira rápida. Não significa que não necessite ofertar uma formação humanista, social, e que contemple as principais questões vivenciadas pela humanidade.

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil a partir da década de 1990 sofreu grandes mudanças, uma reforma que afetou principalmente a sua organização. ASSIS (2017) nos revela que um conjunto de leis, resoluções, decreto e pareceres juntamente com uma série de programas governamentais começaram a regular e redireciona a política pública voltada área.

O primeiro documento norteador para a reforma da Educação Profissional no Brasil foi instituído pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 em seu III capítulo Art. 39, onde o artigo sofreu modificações Pela lei LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008¹, o referido artigo fala que:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos

I – De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – De educação profissional técnica de nível médio

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

¹ Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Alterando assim a redação original da LDB

A fim de regulamentar a LDB, o Decreto nº 2.208/97, que desassociou o Ensino Médio do Ensino Técnico, por sua vez esse decreto foi revogado pelo decreto nº 5.154, de 2004³. PONTES (2012, p. 53), *apud* ASSIS (2017), quanto ao decreto 2.208/97, fala que o mesmo:

[...] sofreu influência de consultores do Banco Mundial e de outras instituições públicas nacionais, visando à integração da economia brasileira a globalização. Para tal, defendia a formação de um trabalhador de novo tipo, considerando as exigências postas pelo contexto da reestruturação produtiva, marcada pela revolução tecnológica e a globalização da economia, que flexibilizou os processos produtivos e introduziu inovações organizacionais.

No ano de 1999 com resolução CNE/CEB nº 4/1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico Assis (2017), revela que essa resolução abriu possibilidades para as instituições de elaborarem Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) para os cursos, definindo a elaboração dos seus currículos definindo assim as competências que cada profissional por área profissional do técnico. Já no ano de 2004 se instituiu o decreto nº 5.154/2014 que introduziu a Educação Profissional de Nível Média integrada ao ensino médio.

Dessa maneira pudemos perpassar de forma breve sobre os principais documentos norteadores da Educação profissional no Brasil, em seguida iremos entender como é apresentada a EA nos referidos documentos.

4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, diz que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. São três os níveis de educação profissional na legislação em vigor no Brasil:

- básico: cursos destinados a trabalhadores jovens e adultos. Independem de escolaridade pré-estabelecida e têm por objetivo requalificar. Por se tratar de cursos livres, não requerem regulamentação curricular.
- técnico: para jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos;

– tecnológico, que dá formação superior, tanto de graduação como de pós-graduação, a jovens e adultos.

Com relação da formação do aluno técnico de nível médio a educação ambiental não está explícita na lei de diretrizes e bases da educação (LDB), podendo ser inserida nas escolas como tema transversal, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme a nova redação dada ao art. 26 § 7º: A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput (BRASIL, art. 26 § 7º, 1996).

No que diz respeito a EA a resolução 06/2012 que Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em seus princípios norteadores no Art. 6º revela que a Educação Profissional quanto a sua articulação: IX - Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

Na organização curricular desta formação é obrigatória a presença de gestão ambiental e gestão de qualidade social e ambiental do trabalho, como afirma a própria resolução em seu artigo 14.

Art. 14 Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes:

VI - Fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho. (BRASIL, 2012)

Dessa maneira a educação ambiental se torna algo para o segundo plano de forma que não se torna satisfatória atravancando uma EA emancipatória. Isso significa que a partir do momento que o aluno está inserido em um curso a curto prazo com vigência média de dois anos como acontece na Escola Técnica De Saúde da UFPB (ETS/UFPB), pode dificultar a inserção da temática já que a mesma se torna coadjuvante na formação do técnico.

5 PERCURSSO METODOLÓGICO

A metodologia se remete à os meios e técnicas utilizadas para que a pesquisa atinja seus objetivos, na mesma está delineada o tipo, os instrumentos utilizados o local e os sujeitos participantes da mesma. Quanto a esta, a mesma consiste na análise seguida de investigação e identificação da percepção ambiental dos alunos da ETS, nesse sentido essa mesma é de caráter qualitativo. E está ancorada em uma abordagem qualitativa a pesquisa que, segundo GODOY (1995):

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Sabendo que tem como objetivo investigar percepção ambiental dos alunos dos cursos técnicos da ETS/UFPB, a pesquisa de campo de natureza qualitativa justifica-se como mais apropriada, Segundo CÂMARA (2013, p.180):

[...] o uso da pesquisa qualitativa permite, dentre outros, estabelecer fatores de determinado fenômeno, a partir da perspectiva analítica do real, por meio da população estudada, adequando-se como ferramenta para a construção de formulários quantitativos quando utilizada a priori e para clarificar e ilustrar dados quantitativos, quando utilizada a posteriori, ou seja, auxilia a aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação, amplia o entendimento sobre o objeto de estudo e melhor esclarecer os dados quantitativos, pois capta as nuances da percepção dos entrevistados para ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados.

Para tal utilizaremos a análise de conteúdo que para BARDIN (2011, p. 47):

[...]um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Com a análise de conteúdo podemos descrever e interpretar o conteúdo. A mesma auxilia a reinterpretar as mensagens dos sujeitos participantes da pesquisa atingindo uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. A mesma é composta de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Para a seleção dos sujeitos participantes da pesquisa os mesmos tiveram que obedecer aos seguintes critérios: Estar regularmente matriculados nos cursos técnicos da escola técnica de saúde; estarem inscritos no mine curso de extensão oferecido pelos integrantes do projeto intitulado “Meio ambiente e ação humana: uma ação educativo-ambiental na Escola Técnica de Saúde da UFPB”.

As informações foram coletadas no início da primeira aula do curso visto que os conhecimentos proporcionados pelo mesmo poderiam interferir negativamente no resultado para tal foi utilizado o questionário semiestruturado, com perguntas claras e objetivas e abertas dando aos entrevistados e entrevistadas liberdade para responder as questões captando a sua real percepção ambiental. Para Gil (1999, p.144) o questionário define-se como:

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário foi desempenhado da seguinte forma: planejamento e redação do questionário; ato da pesquisa campo; obtenção dos dados. Após a realização do questionário com os alunos, seguimos para a análise de dados da pesquisa a partir do referencial teórico estudado, debatendo com os autores especialistas na área e tomando como base de análise as principais correntes de educação ambiental apresentadas por SAUVE (2005) que consistem em:

QUADRO 1: CORRENTES DA EA

Naturalista	educação para o meio natural, centrada na relação entre ser humano e natureza, de enfoque cognitivista, experiencial, afetivo, espiritual ou artístico;
Conservacionista/Recurso	centrada na conservação da natureza-recurso, quanto à sua qualidade e quantidade; é uma educação para a conservação;
Resolutiva	da década de 1970, busca a solução para os problemas ambientais que são causados e amplificados pela ação antrópica de forma informativa e formativa, adotando a pedagogia para o desenvolvimento, no sujeito, de habilidades resolutivas desses problemas

Sistêmica	baseia-se nas interações e conexões entre as relações dos sistemas vivos e não vivos, com desenvolvimento cognitivo de habilidades para análise e síntese, com observação da realidade e dos seus fenômenos;
Científica	- de caráter cognitivo, dá ênfase ao processo científico de Educação Ambiental em sua relação causa e efeito (observação dos problemas, elaboração de hipóteses, execução de experimentações para confirmação/negação da hipóteses);
Humanista	dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, à diversidade cultural e natural, aos símbolos e à leitura da paisagem como meio para entendimento do paradigma ambiental, para melhor intervir sobre os problemas detectados;
Moral/Ética	- valorização dos princípios éticos para melhor relação com o meio ambiente, atuando sobre os valores e a consciência na busca de uma moral ambiental e comportamentos ambientalmente corretos;
Holística	busca analisar de forma racional as realidades ambientais e os sujeitos envolvidos, traçando um perfil da complexidade em suas relações socioambientais e na totalidade individual e coletiva;
Biorregionalista	ênfase nos aspectos geográficos (naturais e humanos), com ênfase no convívio harmonioso com o ambiente, buscando desenvolver o ecocentrismo e o sentimento de pertencimento à região;
Prática	ênfase na aprendizagem da reflexão na ação e <i>feedbacks</i> positivos, caráter de pesquisa-ação, visando mudanças no meio (socioambientais e/ou educacionais);
Crítica social	– baseia-se na teoria crítica das ciências sociais (emancipadora e libertadora da alienação da ideologia dominante), com que analisa as dinâmicas socioambientais e seus problemas, de forma a buscar indagações e respostas nas mudanças de concepções e atitudes (pedagogia de projetos);
Feminista	Nasce dos movimentos feministas ou ecofeministas, visando à análise e à denúncia das relações de poder nos grupos sociais, políticos e econômicos. Busca a igualdade de direitos e deveres nos gêneros, rompendo os preconceitos e a misoginia;

Etnográfica	– dá ênfase no caráter cultural da relação com o meio ambiente, fazendo uso da Etnopedagogia nas comunidades autóctones, a fim de entender a sua cultura e suas relações com a natureza e utilizando esses conhecimentos na sensibilização das comunidades e de outras, com a valorização do pertencimento à região, aos saberes e cultura locais;
Ecoeducação	dá ênfase na parte educacional da EA, buscando uma ecoformação e eco-ontogênese do sujeito como desenvolvimento pessoal de forma responsável com o meio ambiente e na solução de seus problemas
Para a sustentabilidade	conceito e condição absorvidos pela EA na promoção do desenvolvimento socioeconômico da humanidade, em condição indissociável da conservação dos recursos naturais, na equidade de sua utilização para estas e as futuras gerações.

Fonte: (SAUVÉ, 2005), elaboração própria, 2020.

As correntes por sua vez foram divididas em duas concepções, reducionistas ou críticas. Para caracteriza-las como críticas as decisões foram baseadas na pedagogia crítica. “[...]a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social (LOUREIRO; TREIN; TOZONI-REIS, NOVICK, 2009, p. 86). ”

A EA crítica [...] é uma síntese das propostas pedagógicas que têm como fundamento a crítica da sociedade capitalista e da educação como reprodutora das relações sociais injustas e desiguais (SAVIANI, 1987).

Para COSTA e LOUREIRO; (2015, pág. 188):

A pedagogia crítica na EA articula a educação como processo de formação humana omnilateral com a concepção de ambiente pautado nos aspectos sociais, históricos e políticos, compreendido como concreto pensado, como “síntese de múltiplas determinações.

Dessa maneira, das quinze correntes seis se encaixaram na concepção crítica dentre elas estão: A praxica, crítica, etnográfica, feminista, etnográfica, da eco-educação e da sustentabilidade.

6 A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS DISCENTES APARTIR DAS CORRENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Nessa seção, serão apresentados os resultados das análises e tratamento dos dados obtidos, expressos no questionário, foi estruturada através de catalogação, codificação, inferência e interpretação dos dados, baseada no método de análise de conteúdo.

QUADRO 2: QUESTÃO SOBRE MEIO AMBIENTE

Questão 1: Meio Ambiente						
	Unidades de contexto	Unidade de registro	Indicadores de frequência		Inferências	Interpretações prévias
Reduccionista	Corrente naturalista	Arvores; Verde; Interligação onde podemos aprender com a natureza; Meio em que convivemos com a natureza e aprendemos com ela; Fauna; Flora;	6	37,5%	Com relação ao meio ambiente as noções dos discentes estão atreladas de maneira mais frequente as correntes naturalistas, conservacionista e humanística. Podemos notar também o aparecimento de correntes como a sistêmica e científica com uma menor assiduidade.	Os discentes não tiveram formação básica sobre meio ambiente em sua trajetória escolar, ou se tiveram, esta se apresentou insuficiente em todas as correntes que se apresentam com crítica reflexiva percebe-se também que os discentes apresentam uma visão de meio ambiente atrela a uma percepção natural. A conservação também se faz presente nas respostas dos mesmos.
	conservacionista/recursivista	Poluir; Desmatar; Cuidamos; Preservado; Conservá-lo;	5	31,24%		
	Corrente resolutiva		0	0%		

	corrente sistêmica	Falta de informação;	1	6,25%		Tudo isso pode ser reflexo de uma EA baseada na conservação do meio natural, deixando de lado outros aspectos que fazem parte do meio ambiente.
	corrente científica	Biológicos;	1	6,25%		
	corrente humanista	Vivemos; Inseridos; situados;	3	18,75 %		
	corrente moral/ética		0	0%		
	corrente holística		0	0 %		
	corrente biorregionalista		0	0%		
Complexo Crítico Reflexivo	corrente praxica		0	0%		
	corrente crítica		0	0%		
	corrente feminista		0	0%		
	corrente etnográfica		0	0%		
	corrente da eco-educação		0	0%		
	corrente da sustentabilidade		0	0%		

Fonte: elaboração própria, 2020.

O quadro acima demonstra que no que se refere ao meio ambiente, os alunos apresentam uma visão reducionista em relação à temática ambiental, exemplo disso contido na de registro da corrente naturalista catalogadas enquanto ato Interligação onde podemos aprender com a natureza; Meio em que convivemos com a natureza; ao analisarmos esses dois elementos na unidade de registro observamos uma tendência de estar introduzida a natureza com a finalidade de aprender com ela.

A tradição da corrente naturalista é certamente muito antiga, se consideramos as “lições de coisas” ou a aprendizagem por imersão e imitação nos grupos sociais cuja cultura está estreitamente forjada na relação com o meio natural. No curso do último século, a corrente naturalista pode ser associada mais especificamente ao movimento de “educação para o meio natural” (SAUVÉ, 2005, p.19).

Podemos observar também que elementos que correspondente a Corrente Conservacionista obteve destaque nas respostas dos docentes como por exemplo, “ preservando” conservando”, o que aponta para um aspecto de compressão da

natureza em reservas florestais. Para SUVÉ (2005) na medida que se apresenta um discurso de conservação da natureza na corrente conservacionista, tratando assim de uma natureza-recuso, com a preocupação na gestão ambiental. Ou revelam ainda a redução da compreensão ambiental ao meio, especificamente o natural, demonstrando o que LEFF (2008) aponta como complexidade ambiental e suas características sociais, culturais e políticas.

QUADRO 3: QUESTÃO SOBRE DESEQUILÍBRIO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Questão 2: Desequilíbrio e preservação ambiental						
	Unidades de contexto	Unidade de registro	Indicadores de frequência		Inferências	Interpretações prévias
Reducionista	Corrente naturalista	Espécies; Fauna; Flora; Ecossistema;	4	21,05 %	Nessa questão a corrente conservacionista se sobressai sobre as demais, o cuidado e a preservação estão mais presentes nos debates nos meios de comunicação, o que leva a sociedade a estar mais informada sobre essas temáticas. Assim como também elementos da corrente Moral e ética. Por outro lado podemos observar também	Observando no que diz respeito ao desequilíbrio e preservação ambiental a corrente conservacionista se configura como a principal corrente apresentada pelos discentes. Um reflexo da política de conservação, leis que promovem e asseguram a proteção, conservação do meio ambiente no Brasil Isso pode se refletir na
	Conservacionista/recursista	Desmatar para construir; Extinção; Não poluir; Conservado; Preservação das espécies; Cuidado com a natureza; Proteger; A preservação é todas as formas de minimizar impactos antrópicos	8	42,1%		
	Corrente resolutiva	Emergente;	1	5,26%		
	Corrente sistêmica	Falta de conhecimento;	1	5,26%		
	Corrente científica	-	0	0%		
	Corrente humanista	-	0	0%		

Complexo Crítico Reflexivo	Corrente moral/ética	Ser humano envaidecido; Consciência;	2	10,52 %	elementos da corrente crítica social enxergando o modelo econômico como um fator de desequilíbrio ambiental.	percepção dos discentes. Por mais que a corrente crítica esteja presente se apresente na análise, esta não se torna satisfatória, ou seja o pensamento reducionista ainda se sobressai ao crítico-reflexivo.
	Corrente holística	Ambiente em que vive;	1	5,26%		
	Corrente biorregionalista	-	0	0%		
	Corrente praxica	-	0	0%		
	Corrente crítica	Conflitos socioeconômicos; Ação humana;	2	10,52 %		
	Corrente feminista	-	0	0%		
	Corrente etnográfica	-	0	0%		
	Corrente da eco-educação	-	0	0%		
	Corrente da sustentabilidade	Reutilização;	1	5,26%		

Fonte: elaboração própria, 2020.

Para SAUVÉ (2005) A educação para conservação certamente sempre esteve presente na educação familiar ou comunitária, por outro lado, mesmo os discentes já tido contato com a temática em sala de aula ou em debates e discussões atuais sobre os problemas ambientais, o nível de criticidade sobre as causas e os meios para que tenhamos chegado na crise que nos encontramos, não está revelado nas respostas dos discentes.

No que se refere aos cursos de nível técnico que durante os anos 70 e 80 possuíam característica tecnicista, passam a dispor de elementos críticos, aproveitando do surgimento de novos conceitos sobre educação e emancipação do sujeito, transpõem as pertinências do fazer prático subjetivo de cada profissão e passam a contextualizar a sociedade a partir das suas cisões e conflitos, demonstrado nos conceitos apontados pelos discentes sobre desequilíbrio e preservação, mesmo se mostrando insuficientes quanto e crítico-reflexivo (CASTRO, 2009).

Entretanto, mesmo nos atentando elementos que se configuram com uma determinada criticidade do debate das questões ambientais apontadas no quadro

acima, ela não tem comportado a dinâmica assumida pelo mundo capital enfrentado pelos discentes do ensino básico brasileiro. Neste sentido, mesmo que cientes da crise civilizatória atual e que necessariamente os sujeitos precisam assumir perfil protagonista, desconhecem as causas da entropia social imposto às camadas mais pobres e oprimidas da sociedade (BARBOSA; LOUREIRO; SBOROWSKI, 2009).

QUADRO 4: QUESTÃO SOBRE CONSUMO X QUALIDADE DE VIDA

Questão 3: Consumo e qualidade de vida.					
	Unidades de contexto	Unidade de registro	Indicadores de frequência		Inferências
Reducionista	Corrente naturalista	Desequilíbrio ; Equilíbrio;	2	15,38%	Apesar de não conseguirmos algumas respostas de forma satisfatória no questionário acerca de consumo e qualidade de vida, a corrente que mais se destaca quando é a da sustentabilidade .
	conservacionista / recursista	Recursos naturais;	1	7,69%	
	corrente resolutiva	Descarte correto;	1	7,69%	
	corrente sistêmica	Ignorância;	1	7,69%	
	corrente científica	-		0%	
	corrente humanista	Meio em que vivemos; Bem-estar;	2	15,38%	
	corrente moral/ética	-	0	0%	
	corrente holística	-	0	0%	
	corrente biorregionalista	-	0	0%	
Crítica reflexiva	corrente praxica	-	0	0%	Questões como o consumo e a preservação estão mais presentes nos debates nos meios de comunicação, o que facilita o acesso da população. Os discentes enxergam o modelo econômico enquanto agente regulador dos processos sociais e ambientais.
	corrente crítica	Capitalismo Consumismo	2	15,38%	
	corrente feminista	-	0	0%	
	corrente etnográfica	-	0	0%	
	corrente da eco-educação	Ecológica	1	7,69%	

	corrente da sustentabilidade	Sustentável; Consciência no consumo; Impacto ambiental;	3	23,07%		
--	------------------------------	---	---	--------	--	--

Fonte: elaboração própria, 2020.

A partir do final do século XVIII e XIX, com a Revolução Industrial, a qualidade de vida se tornou sinônimo de controlar da maneira menos trabalhosa, de forma mais simples a natureza isso se deu com a possibilidade de usar máquinas que fizesse o trabalho humano com mais facilidade. No século XX a qualidade de vida já se transforma no consumo de massa que passou a ser símbolo de utopia. Mas recentemente essa utopia a humanidade teve o sentimento que essa utopia havia chegado mesmo que uma parcela da população não tenha acesso a esses bens de consumo (BUARQUE, 1993).

A concepção de qualidade de vida foi substituída pelo de modernidade; qualidade não está ligada ao conforto que o bem de consumo pode proporcionar, e sim ao consumo do bem, ou seja o conforto que ele oferece não é levado em conta, mas poder ter um bem que seja mais inovador se sobressai. “De forma a medida que novas tecnologias ou novas máquinas vão surgindo esses bens de consumo se tornam ultrapassados contribuindo para o aumento da exploração” (BUARQUE, 1993).

Para SAUVÉ (2005) a sustentabilidade está associada ao desenvolvimento sustentável, o consumo sustentável se torna uma estratégia para transformar os modos de produção e consumo, ou seja, há uma apropriação do discurso da sustentabilidade com a finalidade incentivar o consumo, uma estratégia do capitalismo para reacender o mercado. Dessa maneira questões como o consumo e a preservação estão mais presentes nos debates nos meios de comunicação, o que facilita o acesso da população. O que pode explicar elementos críticos nas respostas dos discentes.

QUADRO 5: QUESTÃO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Questão 4: Educação Ambiental						
	Unidades de contexto	Unidades de registro	Indicadores de frequência		Inferências	Interpretações prévias
Reducionista	Corrente naturalista	Inclinar o olhar para o planeta; Não desequilibrar;	2	25%	Os discentes em sua maioria apresentaram elementos da corrente moral/ ética que por sua vez atende a visão de que a educação ambiental deve atender às exigências da complexidade de ambiental. Outra corrente que se destaca é a corrente holística.	A educação básica não proporcionou suportes críticos/reflexivos, EA para os discentes se resume em refletir sobre atitudes, buscar novas práticas, ou ser a diferença. Para eles ela não tem o papel de ampliar a dimensão ambiental na educação, em seus elementos críticos, transformador, emancipador, entre outros.
	conservacionista/recursionista	Não prejudicar as demais espécies;	1	12,5%		
	corrente resolutiva	-	0			
	corrente sistêmica	-	0			
	corrente científica	-	0			
	corrente humanista	-	0			
	corrente moral/ética	Refletir sobre atitudes e buscar novas práticas no ambiente; Ser a diferença; Conscientizar para mudar hábitos;	3	37,5%		
	corrente holística	Ensinar como melhorar o ambiente em que vivemos;	1	12,5%		
	corrente biorregionalista	-	0			
Complexo	corrente praxica	-	0			

Crítico Reflexivo	corrente crítica	Aprofundar gradualmente os problemas e conflitos do meio ambiente;	1	12,5%		
	corrente feminista	-	0			
	corrente etnográfica	-	0			
	corrente da eco-educação	-	0			
	corrente da sustentabilidade	-	0			

Fonte: elaboração própria, 2020.

Para SAUVÉ (2005, p.26) a corrente moral/ética nos convida

[...] para a adoção de uma “moral” ambiental, prescrevendo um código de comportamentos socialmente desejáveis (como os que o ecocivismo propõe); mas, mais fundamentalmente ainda, pode se tratar de desenvolver uma verdadeira “competência ética”, e de construir seu próprio sistema de valores. Não somente é necessário saber analisar os valores dos protagonistas de uma situação como, antes de mais nada, esclarecer seus próprios valores em relação ao seu próprio atuar.

Por outro lado, A educação ambiental deve ser pensada em uma perspectiva emancipadora e transformadora que possa contribuir para formação de pessoas que convivem com problemas ambientais de modo que possam se manifestar e atuar, informada, sistêmica e organizada, para modificações necessárias nas relações históricas construídas e que, cada vez mais interfere no planeta. Nesse sentido deve possibilitar a formação de agentes transformadores capazes de pensar e agir criticamente.

Diferentemente do que se observa na questão analisada, a EA aos olhos dos discentes se resume de forma moralista deixando de lado outros aspectos de como a mesma deve ser na prática.

QUARDRO 6: QUESTÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA AMBIENTAL

Questão 5: Desenvolvimento e Justiça ambiental						
	Unidades de contexto	Unidade de registro	Indicadores de frequência		Inferências	Interpretações prévias
Reducionista	Corrente naturalista	-	0	0%	Os discentes compreendiam a justiça ambiental como um aspecto estritamente legal. E o desenvolvimento como um aspecto tecnológico e de desenvolvimento. As correntes conservacionista , moral/ética se sobressaíram.	Justiça ambiental não é uma temática pouco abordada em sala de aula, ou os alunos não tiveram contato. Podemos observar que as poucas respostas estavam voltadas para o senso comum, em que justiça se caracteriza como forma de punição.
	Conservacionista/ recursista	Desenvolvimento econômico voltado para conservação e preservação; Preservar a teia ambiental; União dos países para programas de preservação; Conscientização; Desmatamento ;	4	50%		
	corrente resolutiva	-	0	0%		
	corrente sistêmica	-	0	0%		
	corrente científica	-	0	0%		
	corrente humanista	Natureza como forma de sobrevivência.	1	12,5		
	corrente moral/ética	Leis mais severas; Punição; Justiça para punir práticas de poluição;	3	37,5		
	corrente holística	-	0	0%		
	corrente biorregionalista	-	0	0%		
Complexo Crítico Reflexivo	corrente praxica	-	0	0%		
	corrente crítica	-	0	0%		
	corrente feminista	-	0	0%		

	corrente etnográfica	-	0	0%		
	corrente da eco-educação	-	0	0%		
	corrente da sustentabilidade	-	0	0%		

Fonte: elaboração própria, 2020.

Podemos observar que os discentes compreendiam a justiça ambiental na perspectiva legal, ou seja, desconsiderando a tomada de consciência política sobre a apropriação dos recursos naturais por uma parcela pequena da população, e a absorção dos impactos pela maioria que não tem a esses recursos (ACSELRAD; BEZERRA; MELLO, 2009).

Desenvolvimento social é desconsiderado, assim como também não conseguimos notar a relação entre equidade social e justiça ambiental. Política não é citada enquanto elemento principal, ou de forma reducionista, o que sinaliza uma falta de conexão entre os elementos e os processos intrínsecos a esta discussão para os discentes.

Podemos perceber que expressões como “leis mais severas”, “punição” e “desmatamento” apontam para a ideia legal sobre política social. A política, por outro lado, necessita de uma estrutura social que lhe é imanente e exige o atendimento de demandas estruturais. O aspecto legal aponta para outra falha de formação educativa ao longo da vida escolar, enquanto pertinente à emancipação humana (SANTOS, 1994). A proposta de preservação e conservação ambiental se apresentam como a principal mecanismo de organização natural do espaço ambiental, desconsiderando a percepção social da justiça ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação se configura como um campo de grande amplitude podendo propiciar uma formação democratizante de percepções emancipatórias aos educandos, e assim funcionar enquanto parte fundamental do processo da ação humana enquanto transformadora das realidades excludentes enfrentadas pelos sujeitos.

Dessa maneira, partindo do argumento de que a emancipação do sujeito é um processo necessário que o trabalho educativo pode estar inserido em diversos espaços sociais, é imprescindível que na sociedade ela seja adotada como prática no cotidiano. Assim, uma educação crítica deve fundamentar a metodologia dos educadores, em especial quando o processo formativo ocorre em espaços escolares.

O presente trabalho intitulado “A percepção ambiental dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da Escola Técnica de Saúde (ETS/UFPB)” teve como objetivo geral investigar a percepção ambiental dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

Inicialmente apresentamos uma breve explanação a cerca do meio ambiente e educação, no sentido da relação entre os mesmos, abordamos sobre a educação ambiental crítica e como está relacionada a educação ambiental e a formação profissional técnica.

Quanto aos objetivos específicos, investigamos quais as correntes de educação ambiental se apresentam na percepção dos discentes analisando assim os aspectos da EA presentes.

Interpretamos que as correntes, naturalista, conservacionista e moral são as que tiveram maior está presente com maior frequência na percepção dos discentes, constatamos assim que a EA não está atuando enquanto instrumento democratizante de percepções emancipatórias, a mesma não tem se configurado como parte fundamental do processo da ação humana enquanto transformadora das realidades excludentes enfrentadas pelos sujeitos.

Atualmente a política de educação ambiental enquanto tema transversal nas escolas de educação básica, não consegue abarcar a complexidade dos

questionamentos promovidos pelos saberes ambientais, como apontam as estatísticas da nossa pesquisa.

Diante dessa realidade faz-se necessário que o processo formativo de estudantes não esteja atrelado a elementos de sistematização de sequências didáticas voltadas para a educação ambiental insuficientes que em sua finalidade se configura em uma construção educativa reducionista espelhada na conservação de recursos e moral abandonando outros aspectos, políticos, sociais, entre outros.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para novas discussões acerca da Educação Ambiental crítica e reflexiva, não apenas no campo de pesquisa, uma vez que esta discussão deve estar presente em espaços formais e não formais de educação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo; MELLO, Cecília. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ASSIS, Mercia Ferreira de. **A permanência e o êxito escolar dos estudantes: um estudo de caso no curso Técnico em Enfermagem da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8905>. Acesso em: 10 janeiro de 2020.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. **A dimensão ambiental na educação**. 8ª edição, Campinas, SP: Papirus, 2007

BARDIN, Laurence. Organização da análise. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BUARQUE, Cristóvam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 31, p. 157-166, 1993

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 15 agosto de 2019

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 de agosto. 2019.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 25 agosto. 2019.

_____. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 23 agosto. 2019.

_____. Lei 12.608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 23 agosto 2019.

_____. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos**

Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 24 agosto 2019

_____. Resolução CNE. CEB 06/2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 15 janeiro 2020.

_____. **LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 11 janeiro 2020.

_____. **DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Revogado pelo decreto nº 5.254, de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 11 janeiro 2020.

_____. **DECRETO Nº 5.254 DE 27 DE OUTUBRO DE 2004. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 303 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5254.htm. Acesso em: 11 janeiro 2020.

_____. **DECRETO Nº 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989. Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm. Acesso em: 5 janeiro 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo:** da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação ambiental: Um debate entre Saviani, Freire e Dussel. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, 2015, 10.1: 180-200.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.

LAYRARGUES Phylippe . Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: CASTRO, Ronaldo; LAYRARGUES, Philippe; LOUREIRO, Carlos (orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; BARBOSA, G. L; ZBOROWSKI, M. B. Os vários "ecologismos dos pobres" e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Repensar a educação ambiental um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 81-118.

LOUREIRO, C.F.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M.F.; NOVICKI, V. Contribuições da teoria marxista para a Educação Ambiental crítica. **Cad. Campinas, CEDES**, vol.29, n.77, Jan./Abr. 2009. p. 81-97.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. O Social e o Político na Pós-Modernidade. 7ª. ed. Edições Afrontamento, 1994.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SAUVE, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

**APENDICE A - QUESTIONÁRIO AOS DISCENTES DA ESCOLA TÉCNICA DE
SAÚDE DA UFPB.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO AOS DISCENTES DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB

De acordo com os seus conhecimentos prévios, disserte sobre:

1 - Meio ambiente

2 - Desequilíbrio e preservação ambiental

3 - Consumo X qualidade de vida

4 - Educação ambiental

5 - Desenvolvimento E justiça ambiental

Obrigada pela sua colaboração!

APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) discente,

Esta pesquisa é relacionada **A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE (ETS/UFPB)** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora SONIA KEILANY LEITE DE LIMA, aluna do Curso de PEDAGOGIA (LICENCIATURA) da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof. Dr. Francisco José Pegado Abílio.

O objetivo do estudo é conhecer as percepções dos discentes da Escola Técnica de Saúde da UFPB, sobre a temática da Educação Ambiental. Tem como finalidade contribuir para conhecer a importância do tema durante a formação dos discentes e como saber se existe a necessidade de se conhecer mais sobre temática.

Solicito sua colaboração para responder ao questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Informo que suas respostas serão estritamente confidenciais e são muito importantes para uma adequada análise dos resultados.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo ou se resolver, a qualquer momento, desistir, não sofrerá nenhum dano.

Estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa e para levar adiante a execução do objetivo acima enunciado que necessito sua preciosa colaboração. Assim, se você é aluno da Escola Técnica de Saúde, venho solicitar a sua colaboração nesta investigação mediante respostas ao questionário em anexo.

Agradeço a disponibilidade!

Com os melhores cumprimentos,

Sônia Keilany Leite de Lima
(soniakeilani@hotmail.com)
(soniakeilani@gmail.com)

Eu, _____, diante do
exposto acima, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento
para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.